

# PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

## *Documento de Belo Horizonte*

“Apoiar os movimentos populares que lutam por conseguir uma sociedade mais justa e mais humana, à luz de Medellín e Puebla” é uma das principais exigências éticas para o jornalista católico da América Latina. A conclusão é dos jornalistas de dez países latino-americanos ( Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela ) que participaram de 29 de abril a 3 de maio de 1981, em Belo Horizonte, do sétimo congresso da UCLAP – União Católica Latino-Americana de Imprensa e da segunda reunião da FECLAEP – Federação Católica Latino-Americana de Escolas de Comunicação. Eis a íntegra do Documento de Belo Horizonte:

Os jornalistas católicos e os responsáveis pelas escolas católicas de Comunicação Social da América Latina, reunidos no seu VII Congresso da UCLAP e II Reunião da FECLAEP, em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 29 de abril a 3 de maio de 1981, no Noviciado Santíssima Trindade, observam e concluem:

### I – A IGREJA E OS MCS

#### 1. A igreja nos MCS

1.1. Observa-se, nos últimos tempos, um crescimento quantitativo da presença da Igreja no noticiário dos veículos de Comunicação Social do continente;

1.2. A ampliação dos espaços para a Igreja nos MCS está diretamente vinculada ao interesse desses veículos pelas posições sócio-políticas eclesiais;

1.3. Os grandes meios de comunicação procuram, muitas vezes, manipular as informações da Igreja em favor dos interesses que representam tentando, muitas vezes, interpretar as ações da Igreja como subversivas para os sistemas vigentes e alheias à missão específica que a ela atribuem;

1.4. O conjunto do noticiário vem revelando, também, profundo desconhecimento, por parte dos veículos, quanto ao significado da participação histórica da Igreja no processo de mudanças no continente, principalmente a partir de Medellín e Puebla;

1.5. Por outra parte, nos seus próprios meios, a Igreja da América Latina vem fazendo um esforço para revelar a sua autêntica imagem libertadora. Mas, em contrapartida, ainda se apresentam casos em que a Igreja pratica, nestes meios, muitos dos erros que condena no próprio sistema, tais como: censura interna, autocensura, verticalidade na tomada de decisões, obstruções ao direito social à informação e injustiças sociais no relacionamento patronal com os comunicadores;

1.6. Além disso, em alguns dos meios de comunicação social da igreja, prevalece o amadorismo; o tratamento da informação por profissionais não habilitados; o emprego de linguagens herméticas, não condizentes com a linguagem do público;

1.7. A imagem projetada pela Igreja, em alguns de seus próprios meios, nem sempre traduz a imagem de uma Igreja Povo de Deus, mesmo quando ela está engajada na luta pelas mudanças no continente;

1.8. Existe, contudo, principalmente a partir da preparação do documento de Medellín, uma preocupação pastoral da Igreja latino-americana com relação aos meios de comunicação social. Essa preocupação não se faz, porém, sentir em todas as dioceses.

## 2 — A Igreja diante do MCS

2.1. Com base nessas reflexões e de acordo com o nº 1063 e seguintes do Documento de Puebla, o VII Congresso reafirma a missão da Igreja diante da Comunicação Social:

a) entender a Comunicação Social como o fenômeno sócio-cultural mais significativo do mundo contemporâneo;

b) inserir a Comunicação Social como elemento básico em toda a tarefa da Evangelização;

c) lutar para que a Comunicação Social realmente seja um instrumento da libertação do homem todo e de todos os homens, dentro dos princípios emanados das Conferências de Medellín e Puebla;

d) defendendo também uma nova ordem social e política da informação, tendo como ponto de partida "as alegrias e esperanças, angústias e aspirações" (Gaudium et Spes) dos povos latino-americanos;

e) incentivar a comunicação alternativa, nascida a partir das próprias comunidades.

2.2. Considerando a significação política e cultural do debate em torno da proposta de uma Nova Ordem Mundial da Comunicação e da Informação, mas levando em conta a grande controvérsia decorrente de sua postulação nos termos do Relatório McBride, os participantes recomendam à UCLAP que assuma a liderança do aprofundamento daquele debate no seio da Igreja latino-americana, a fim de que se venha a formular uma posição concreta a respeito do tema. Para tanto, sugerem a realização de seminários nacionais e regionais, a nível continental, em que o Relatório McBride seja estudado em profundidade e em que se visualizem outras contribuições e críticas à implantação da Nova Ordem, enfatizando os aspectos éticos concernentes à questão.

## 3 — A Igreja e o jornalista profissional

3.1. Reafirmamos, como Igreja, o papel fundamental que tem o jornalista como o artífice da informação e o intérprete dos acontecimentos sociais, culturais, políticos e econômicos de nossa sociedade;

3.2. A sua tarefa, no entanto, vem freqüentemente sendo obstruída pela falta de liberdades democráticas no continente; pela sua instrumentalização profissional; pelo não reconhecimento de sua missão específica;

3.3. Na verdade, a luta pela liberdade de imprensa é, habitualmente, confundida com a defesa da "liberdade empresarial", mantendo os privilégios dos grandes grupos na área da comunicação;

3.4. Tais fatos impedem que o jornalista profissional possa exercer plenamente a sua missão específica;

3.5. Lamentamos que tais obstruções à ação e à missão dos jornalistas também se verifiquem nos meios de comunicação social pertencentes à Igreja;

3.6. Reafirmamos nossa total e irrestrita solidariedade ao jornalista profissional da América Latina que, muitas vezes, é perseguido, preso, torturado e até morto quando procura concretizar a sua missão. Apoiamos a sua luta por melhores condições de trabalho, de remuneração, liberdade sindical, aperfeiçoamento profissional, liberdade de consciência e de opinião;

3.7. A situação do jornalista católico na América Latina não é uma exceção no quadro acima descrito;

3.8. Notamos, contudo, que não existe uma preocupação em todas as dioceses, do ponto de vista pastoral, para com o jornalista profissional católico.

#### 4 – A Igreja e a comunicação alternativa

4.1. O fenômeno da comunicação social deve ser entendido de forma mais abrangente pela Igreja, incluindo, como uma das prioridades nessa área, a promoção de uma comunicação que nasça também do Povo de Deus e se expresse através de meios grupais e alternativos;

4.2. Tais meios são os que, na verdade, permitem uma autêntica comunicação e uma saudável formação da consciência crítica do Povo de Deus;

4.3. Entendemos que é missão da Igreja e dos jornalistas católicos contribuir para preparar os agentes pastorais de comunicação social com a mesma preocupação com que são preparados os agentes pastorais para a sacramentalização;

4.4. Neste sentido, recomendamos que os Centros de Documentação e Comunicação Popular existentes recebam todo o apoio da Igreja e dos jornalistas profissionais e que seja promovida a criação, em cada país do continente, de novos Centros.

#### 5. A formação dos comunicadores

5.1. Constatamos que, na América Latina, a Igreja foi pioneira na formação de comunicadores profissionais, através de escolas de nível técnico ou de faculdades de comunicação de nível superior;

5.2. Verificamos que a ação da Igreja nessa área vem sofrendo todo o impacto da crise da Universidade e do ensino de modo geral na América Latina, o que limita a sua atuação no setor;

5.3. Constatamos que a crise da Universidade se traduz na crescente manipulação da ciência como instrumento de dominação política; na precariedade de recursos financeiros; na falta de um corpo docente devidamente preparado e remunerado; na desvalorização dos estudos humanísticos e, principalmente, na falta de consciência da Universidade latino-americana quanto à sua missão na sociedade;

5.4. Expressamos os votos de que as Escolas Católicas de Comunicação superem sua grave crise de identidade, quando o caso se dê e promovam a adequação de seus objetivos aos princípios emanados dos Documentos de Medellín e de Puebla;

5.5. Esta crise de identidade reflete-se internamente ao nível de um curriculum e de uma prática não condizentes com a sua real missão e externamente,

tanto pela desarticulação entre elas quanto pelo seu distanciamento dos problemas populares;

5.6. É recomendável e urgente que as Escolas Católicas de Comunicação se associem ao esforço da UCLAP para a sua articulação, através da FECLAEP.

## 6. A formação dos receptores

6.1. Há escolas para a formação de comunicadores. Não as há, porém, para a dos receptores. Por isto, colaborem os comunicadores, através de todos os meios à sua disposição, com os grupos de influência social, na formação dos receptores, quaisquer que sejam suas idéias e suas condições sociais;

6.2. O objetivo desta formação é de transformar os receptores de objetos passivos em sujeitos ativos no processo de comunicação social, inspirando-lhes atitudes críticas frente às mensagens que lhes são transmitidas pelos MCS;

6.3. Desta forma evitar-se-ão os efeitos negativos da massificação e da manipulação às quais estão continuamente sujeitos os receptores.

## II – A RESPONSABILIDADE ÉTICA DO COMUNICADOR CATÓLICO NA AL

1. O comunicador católico na América Latina enfrenta, entre outros, os seguintes riscos:

a) no plano pessoal, considerando a sua proximidade com o poder, ele é tentado a se deixar corromper pelo poder, colaborando na manipulação da opinião pública;

b) o comunicador se vê tentado ao burocratismo profissional pelo uso indiscriminado de press-releases com risco de não mais criticar a matéria-prima da notícia, deixando assim de fazer uma comunicação libertadora;

c) outro risco é o orgulho intelectualista pelo qual o comunicador profissional substitui a voz do povo, acorrentando a alma das massas ( cf. João Paulo II em Salvador da Bahia, 1980 ) e se julgando superior aos demais trabalhadores;

d) ceder ao consumismo e favorecer o luxo e a acumulação de riquezas também é outra tentação para o comunicador católico na América Latina;

e) corre, também, paradoxalmente, o risco da desinformação quanto à própria ação da Igreja, cedendo aos preconceitos difundidos pela indústria cultural a respeito da autêntica atuação da Igreja em sua missão libertadora;

f) chegar à autocensura, imposta por medo às represálias e castigos subseqüentes, entre outros, a perda do emprego de forma definitiva;

g) outro risco seria o condicionamento ou submissão ao meio, renunciando aos seus princípios e acomodando-se ao mesmo meio em que deve desenvolver-se.

2. Colocam-se hoje estas principais exigências éticas para o jornalista católico na América Latina:

a) apoiar os movimentos populares que lutam por conseguir uma sociedade mais justa e mais humana, à luz de Medellín e Puebla;

b) imprimir uma linha libertadora à sua tarefa jornalística, dando voz aos que não têm voz e vez aos que não têm vez;

c) propugnar, nos casos em que seja necessário, uma urgente revisão na linha editorial da publicação em que trabalha, colocando, como ponto de partida, os setores marginalizados da sociedade latino-americana;

d) participar ativamente das lutas dos demais jornalistas, cristãos e não-cristãos, em favor da justiça;

e) apoiar o Povo de Deus — seus bispos, sacerdotes, religiosos e leigos — no esforço de encarnação do Evangelho na realidade latino-americana;

f) somar-se à luta pelo homem novo, na construção de uma nova sociedade, segundo o Documento de Puebla;

g) além de ser fiel às exigências da verdade, respeito à privacidade, à ordem baseada na justiça e da moral pública quando baseada nos valores evangélicos, deve o comunicador católico ser misericordioso, acrescentando à prática da justiça a marca da fraternidade;

h) deve, igualmente, esforçar-se pela superação profissional, procurando ser mais, conhecer mais e melhorar a sua qualidade técnica como comunicador.

**Belo Horizonte, 2 de maio de 1981.**